

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 21, ano 2024 | ISSN: 2675-5432

O levantamento histórico em Arqueologia Urbana no centro histórico de Salvador: uma análise dos processos do IPHAN (2016-2020)

Alexandre Rocha Colpas

Universidade Estadual de Santa Cruz. Mestre em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2023) é arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atuando no Núcleo de Arqueologia da Superintendência do IPHAN na Bahia desde 2006, na área de gestão e fiscalização do patrimônio arqueológico.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4412-8941>

Walter Fagundes Morales

Universidade Estadual de Santa Cruz. Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (1993), Mestre (2000) e Doutor (2005) em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), leciona como Professor Titular na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) nos cursos de especialização (História do Brasil) e mestrado em História (PPGH). Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB/UESC).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4416-1493>



Recebido em: 02/08/2024

Aprovado em: 12/11/2024

Publicado em: 12/12/2024

O levantamento histórico em Arqueologia Urbana no centro histórico de Salvador: uma análise dos processos do IPHAN (2016-2020)

Alexandre Rocha Colpas¹
Walter Fagundes Morales²

Resumo

O presente artigo busca ressaltar a importância da composição entre a Cultura Material e as demais fontes históricas em pesquisas arqueológicas desenvolvidas entre 2016 e 2020 no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil. Por se encontrar inserida em um ponto estratégico no Atlântico Sul, a cidade passou por um processo de urbanização a partir do século XVI por conta do fluxo de mercadorias e populações escravizadas até o século

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz. Mestre em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2023) é arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atuando no Núcleo de Arqueologia da Superintendência do IPHAN na Bahia desde 2006, na área de gestão e fiscalização do patrimônio arqueológico. <https://orcid.org/0009-0001-4412-8941>

² Universidade Estadual de Santa Cruz. Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (1993), Mestre (2000) e Doutor (2005) em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), leciona como Professor Titular na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) nos cursos de especialização (História do Brasil) e mestrado em História (PPGH). Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB/UESC). <https://orcid.org/0000-0002-4416-1493>

XIX. Ao longo do século XX, o centro da cidade passou por profundas transformações, entrando em decadência e sofrendo um processo de requalificação urbana. Essa revitalização, realizada pelo poder público no final do século XX, foi acompanhada de pesquisas arqueológicas que revelaram aspectos sobre as origens da cidade através de objetos, estruturas e vestígios dos povos que por ali passaram desde tempos pré-coloniais. Os dados obtidos, enriquecidos pelas fontes escritas e iconográficas, revelaram a cultura material da ocupação Tupiguarani, do primeiro Governo-Geral e do comércio transatlântico. Assim, o artigo discute como essas fontes permitiram aprofundar o conhecimento das práticas cotidianas e formas de apropriação do espaço e uma proposta para disponibilizar essas informações ao grande público pelo viés da Arqueologia Pública.

PALAVRAS CHAVES: Arqueologia Urbana; Salvador; Arqueologia Pública; História Pública; Cultura Material.

Abstract

This article seeks to highlight the importance of the composition between Material Culture and other historical sources in archaeological research carried out between 2016 and 2020 in the Historic Center of Salvador, Bahia, Brazil. As it is located in a strategic point in the South Atlantic, the city underwent a process of urbanization from the 16th century due to the flow of goods and enslaved populations until the 19th century. Throughout the 20th century, the city center underwent profound transformations, falling into decay and undergoing a process of urban requalification. This revitalization, carried out by public authorities at the end of the 20th century, was accompanied by archaeological research that revealed aspects of the city's origins through objects, structures and traces of the peoples who passed through there since pre-colonial times. The data obtained, enriched by written

and iconographic sources, revealed the material culture of the Tupiguarani occupation, the first General Government and transatlantic trade. Thus, the article discusses how these sources allowed us to deepen our knowledge of everyday practices and ways of appropriating space and a proposal to make this information available to the general public through the lens of Public Archeology.

KEYWORDS: Urban Archeology, Salvador, Public Archeology, Public History, Material Culture.

Introdução

Especialmente entre os anos de 2016 e 2020, mais precisamente na última gestão de Antônio Carlos Magalhães Neto, a Prefeitura Municipal de Salvador realizou inúmeras intervenções em espaços públicos de grande significância no Centro Histórico de Salvador, com intervenções de requalificação urbana³ e infraestrutura que implicaram em obras de engenharia. As interferências não só na paisagem local, mas também no solo e subsolo da cidade, motivaram a atuação do Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN para garantir a salvaguarda do patrimônio arqueológico e o acesso a novas informações não encontradas nos documentos que pudessem jogar luz à história conhecida e, quiçá, corrigir erros e permitir reinterpretções da documentação conhecida com base nos novos elementos culturais identificados.

Assim, a partir das pesquisas arqueológicas acompanhadas pela Superintendência do IPHAN na Bahia, considerando a obrigatoriedade de realização de estudos preventivos de Arqueologia nos processos de licenciamento de obras urbanas, foram avaliadas as diversas informações técnico-científicas produzidas nas pesquisas

³ Entende-se por requalificação urbana intervenção que dá uma nova função enquanto melhora o aspecto, conforme definição de Tanscheit, 2024.

desenvolvidas na cidade de Salvador, presentes em relatórios técnicos nos processos administrativos entre 2016 e 2020.

Duas das pesquisas do período foram selecionadas para exemplificar a importância da análise conjugada das evidências arqueológicas com as demais fontes históricas levantadas previamente às atividades de campo das pesquisas arqueológicas: as requalificações urbanas da Avenida 7 de Setembro e da Rua Chile, transformadas em estudos de caso em função da observância dos seguintes critérios:

- 1 Presença de levantamento histórico em fontes primárias;
- 2 Presença de levantamento histórico em fontes secundárias;
- 3 Avaliação de potencial arqueológico baseada em resultados de campo antes da realização das obras;
- 4 Cruzamento de dados históricos e informações arqueológicas durante o monitoramento;
- 5 Representatividade dos achados.

Do ponto de vista da pesquisa arqueológica, esses dois trabalhos expuseram camadas do subsolo urbano formadas pela ocupação humana intensiva ao longo dos séculos, com a criação de estratigrafias complexas, onde foi encontrada grande densidade de artefatos arqueológicos que registram a apropriação do espaço através de processos de uso e descarte dos objetos cotidianos.

2. O contexto histórico-espacial

A expansão marítima comercial europeia do século XVI trouxe como principal consequência o deslocamento do eixo econômico europeu do Mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico e “transpôs as fronteiras políticas e culturais que, cada uma a sua maneira, separavam e diferenciavam o

mundo mediterrâneo” (BRAUDEL, 1995, p. 151). Com isso, em do ponto de vista comercial, a ocupação do Brasil foi impulsionada por sua própria colonização no contexto da primeira monarquia nacional europeia, Portugal.

A expansão marítima portuguesa transformou profundamente a economia do mundo à época e constituiu, dessa forma, os primeiros movimentos das chamadas “economias-mundo” (BRAUDEL, 1986), onde pela primeira vez houve, de fato, uma interação dos mercados mundiais. Mais tarde, tais movimentos caracterizariam os processos de “globalização”.

Devido a diversos fatores, entre os quais sua posição geográfica privilegiada e estratégica, Salvador passa a assumir um protagonismo no comércio transatlântico, colocando-se numa condição singular entre as demais cidades à época, tanto como importante centro exportador de produtos agrícolas, quanto importador de mercadorias, estabelecendo de forma definitiva um intercâmbio com mercados mais distantes e reforçando seu vínculo com as atividades portuárias, iniciado quando da sua fundação como capital da Colônia, em 1549, e que perdurou até fins do século XIX (SAMPAIO, 2015).

Através de seu porto, desembarcavam uma infinidade de tralhas domésticas que fomentava um aquecido comércio varejista local, onde havia compradores ávidos por novidades de outras partes do mundo, em especial da Europa e do Oriente. Os comerciantes se adaptavam às sazonalidades dos produtos, atuando obrigatoriamente – segundo definição de Braudel – de forma polivalente em qualquer ramo do comércio, em suas mais diferentes atividades (BRAUDEL, 1996).

Principal entreposto comercial do Atlântico Sul, o porto de Salvador se tornara o “centro econômico do império marítimo português”, aonde chegavam as mercadorias vindas da Coroa, do Oriente e da África, de onde partiam as riquezas enviadas pela Colônia para Portugal – assunto objeto de críticas em diferentes momentos da história (BOXER, 2002, p. 162-163, 165-166 e 241) –, e por

onde aportavam os africanos escravizados (VERGER, 1987; SAMPAIO, 2005). Essa verdadeira efervescência comercial do Porto de Salvador proporcionou o desenvolvimento de toda uma malha urbana ao seu redor e permitiu a formação de um mercado regional de crescente importância (REBOUÇAS, 2002).

Com a descoberta de ouro em Minas Gerais no final do século XVII, percebeu-se a necessidade do estabelecimento da capital em local mais próximo das minas, para exercer um controle de seu comércio, assim como da pujante produção açucareira do norte fluminense. Esse papel de controle e fiscalização era exercido pelo Rio de Janeiro. Conforme Brito,

[...] todos os navios que navegassem de norte a sul, ou o contrário, fossem obrigados a entrar no porto de Rio para o devido exame, o que assumiu uma preponderância notável na vida da colônia. (BRITO, 1980, p. 262):

A descoberta do metal ensejaria ainda um grande fluxo comercial de pessoas escravizadas, essenciais como mão-de-obra para a economia mineradora, e que passava necessariamente pela cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Fragoso e Florentino,

[...] o crescente crescimento do volume de negócios fez do porto do Rio de Janeiro o maior e mais importante centro de importação e reexportação de africanos para o Brasil, suplantando o tráfico realizado por praças tradicionais como Salvador e Recife (FRAGOSO e FLORENTINO, 1993, p. 34).

Não menos importante, era necessário estabelecer uma nova capital mais ao sul da colônia, posicionada mais próxima da América Espanhola, região muito próspera e com a qual a Coroa Portuguesa mantinha importante relação comercial (SOUTHEY, 1967).

Devido a todos esses fatores, em 1763 Salvador perde a condição de capital do Brasil, com sua transferência

para o Rio de Janeiro assinada por D. José I, que governava Portugal à época, conforme abordado por Southey (1967):

A transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro foi, portanto, uma escolha fortemente baseada em estratégia. Cobrar participação dos lucros auferidos com a mineração assim como os lucros provenientes do tráfico de escravos que atendiam a crescente demanda, a proximidade com a região do noroeste fluminense produtora de cana-de-açúcar e o acesso facilitado às terras fronteiriças no sul do país fomentaram o ímpeto português, sendo fundamentais para a grande mudança de 1763 (SOUTHEY, 1967, p. 41).

Com a capital da Colônia transferida para a cidade do Rio de Janeiro e a conseqüente perda de relevância política e econômica de Salvador, até o início do século XX a cidade ainda preservava grande parte do seu patrimônio arquitetônico e urbanístico dos períodos colonial e imperial, quando é observada uma estagnação econômica da Bahia como um todo, devido, principalmente, a fatores migratórios e ao forte crescimento das atividades industriais nas regiões ao sul do estado (SAMPAIO, 2015).

Nos anos 1950, Milton Santos verifica uma nova onda de crescimento da cidade de Salvador, favorecida por “um novo dinamismo”, associado ao acolhimento de “enormes vagas de rurais” dos “tangidos do campo” e, ao tratar do centro de Salvador, observa a substituição de edificações antigas por novos prédios em um recente processo de modernização⁴ daquele espaço, denominado pelos soteropolitanos como “‘A Cidade’, quando se referem à parte alta, e ‘O Comércio’, quando falam da parte baixa do centro de Salvador”. Santos destaca, ainda, que

⁴ Nos anos 1950, época em que Milton Santos escreveu sua obra, se fazia presente o ideário modernista internacional na arquitetura e no urbanismo (Del Rio e Gallo, 2000). Por ‘modernização’, portanto, entende-se a adoção dos princípios modernistas no urbanismo da cidade de Salvador.

“É aí que a vida urbana e regional encontra o seu cérebro e o seu coração” (SANTOS, 2012, p. 20).

A citada obra de Milton Santos registra o resultado da adoção de políticas preservacionistas que culminaram na criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN), em 1937, e da publicação do Decreto-Lei nº 25 no mesmo ano, que estabeleceu os critérios de “tombamento” dos bens de valor artístico e cultural. Por isso, e gradativamente, edifícios isolados e, em seguida, conjuntos urbanos da cidade de Salvador, passaram ser protegidos pelo poder público. Por este motivo, algumas áreas da cidade, como a Cidade Alta, conhecida atualmente como Centro Histórico, onde foi estabelecido o centro administrativo da capital colonial, e a Cidade Baixa, que corresponde à Zona Portuária, conhecida como Comércio, ainda preservam seus traçados urbanos e edifícios de diferentes períodos que se constituem, por si só, em testemunhos a partir dos quais é possível contextualizar o processo histórico de desenvolvimento da urbe.

2 A Arqueologia Urbana: As pesquisas arqueológicas no espaço urbano de Salvador

Atualmente, em Arqueologia Urbana, considera-se que existem três tipos de abordagens: Arqueologia na cidade, Arqueologia da cidade e Arqueologia com/para a cidade. Sobre a Arqueologia na cidade e da cidade, Fernanda Tocchetto e Beatriz Thiesen (2007) consideram que:

No primeiro caso, os sítios são considerados isoladamente, sendo a cidade apreciada como ambiente no qual estão inseridos, o que abarcaria, além dos sítios arqueológicos de ocupação histórica, os de pré-histórica. No segundo, a cidade passa a ser considerada ambiente e objeto da pesquisa, onde as manifestações arqueológicas são tratadas como componentes de um sistema amplo e integrado (TOCCHETTO e THIESEN, 2007, p.178).

Por fim, quanto à Arqueologia com a cidade, o arqueólogo Piero Tessaro apresenta um exemplo desse enfoque arqueológico, propondo uma “[...] arqueologia com a cidade, demonstrando o passado que discute o presente para estabelecer o almejar do futuro”, com o objetivo de “Articular o processo de desenvolvimento urbano com os contextos arqueológicos [...]” (TESSARO, 2013, p. 226).

A Arqueologia Urbana apresenta diversas abordagens e demandas como o acompanhamento arqueológico durante a restauração arquitetônica de monumentos históricos (ACERVO, 2021), a elaboração de cartas arqueológicas (OLIVEIRA, 2005), a arqueologia dos aterros sanitários (SILVA, 2021b), o arqueoturismo realizado em ambientes urbanos (SILVA, 2021a), a realização de dossiês de tombamento e de estudos preventivos de licenciamento ambiental (TERRITÓRIO, 2019), entre outros.

Dentro desse contexto, neste artigo, as análises estão focadas em trabalhos realizados em ambiente urbano no âmbito dos estudos preventivos de licenciamento ambiental e o ponto de partida foi realizar o levantamento dos processos administrativos do IPHAN para a seleção das pesquisas arqueológicas deste estudo. Assim, o primeiro passo foi aplicar o método indutivo, uma vez que se partiu da análise de casos processuais específicos que envolvem o licenciamento cultural de projetos de intervenção urbana, para posteriormente produzir generalizações. Segundo Gil, “o método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares” (GIL, 2008, p. 10).

A investigação foi baseada em conteúdos textuais escritos que integram processos administrativos do IPHAN, sendo, por isso, também adotada como referência metodológica a Análise de Conteúdo, considerando a sua aplicação em estudos envolvendo a Administração:

A análise de conteúdo pode ser caracterizada como um conjunto de técnicas utilizadas para realizar a análise de comunicações, como transcrições, entrevistas,

e outros, e emprega procedimentos objetivos e sistemáticos para encontrar o conteúdo da mensagem em análise (MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D., 2011, apud SILVA et al, 2016, p. 214).

Deste modo, através da tabulação de processos administrativos identificados, foram extraídas informações qualitativo-subjetivas para a construção de uma análise geral das questões relativas aos licenciamentos em arqueologia, a partir dos casos específicos selecionados.

Neste tipo de abordagem metodológica, a quantidade de processos não é considerada como um atributo essencial, enquanto a subjetividade, a análise e a interpretação dos resultados por parte do pesquisador assumem um papel preponderante. Essa abordagem é considerada por Triviños (1987) como

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições [...] (TRIVIÑOS, 1987, p. 132).

Para a definição dos locais que seriam alvo de ações de prospecção e resgate durante o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas que foram selecionadas para compor esse estudo, foi realizada uma detalhada pesquisa prévia que implicou na busca de fontes históricas abrangendo bibliografia, iconografia e cartografia, entre outras bases documentais a respeito da cidade. As equipes responsáveis pelas pesquisas conseguiram localizar, evidenciar e identificar estruturas, edificações e fontes históricas relacionadas à cultura material ainda presentes abaixo do nível atual de ocupação e evidenciadas, como uma estrutura construtiva robusta relacionada à muralha quinhentista da cidade e vestígios materiais dos povos originários que habitavam Salvador desde o período pré-colonial, sendo o levantamento histórico fundamental em suas contextualizações.

As informações foram levantadas em relatórios elaborados a partir de fontes arqueológicas e pensada por nós enquanto estudos de Cultura Material (CARANDINI, 1984). Sob esse aspecto, ao promover o acréscimo de outras fontes históricas – a Cultura Material – à pesquisa histórica, estabelecendo diálogo com outras disciplinas, a metodologia adotada para análise encontra conexão com a Escola dos Annales, conforme José D’Assunção Barros aborda em *A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo* (BARROS, 2010, p. 94): “Todos os estudiosos do movimento dos Annales são unânimes em apontar a Interdisciplinaridade como o grande traço de identidade que de alguma maneira unifica todo o movimento dos Annales”.

Esse recurso permite um maior refinamento dos dados analisados proporcionando maior precisão nas informações levantadas em áreas do conhecimento que o historiador pode não dominar, conforme enfatiza Edward Carr em *Que é História?*:

É precisamente para assuntos deste tipo que é permitido basear-se no que se tem chamado de “ciências auxiliares” da história – arqueologia, epigrafia, numismática, cronologia e outras. Não é exigido do historiador ter a perícia especial que capacita o especialista a determinar a origem e o período de um fragmento de cerâmica ou mármore, a decifrar uma inscrição obscura, ou a fazer elaborados cálculos astronômicos necessários para estabelecer a data exata. (CARR, 1982, pp, 38-39)

Essa conexão com a Escola dos Annales é também reforçada no sentido em que a micro-história – gênero historiográfico surgido em consequência de discussões quanto aos rumos desse movimento – guarda relação com o projeto quanto à escala adotada e na análise minuciosa e intensiva dos relatórios de pesquisa, uma vez que, segundo Giovanni Levi (1992, p. 136), “A micro-história como uma prática é essencialmente baseada na

redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental.”. E um sítio arqueológico é um espaço no qual se observa o individual, como uma lupa se aproximando dos indivíduos e da vida cotidiana, nos usos, nos costumes de determinado grupo, considerando uma narrativa própria criada pelos estudos de cultura material. O autor vai além ao afirmar:

A idéia de que a escala tem sua própria existência na realidade é aceita, até por aqueles que consideram que a micro-análise só opera através do exemplo, ou seja, como um processo analítico simplificado – a seleção de um ponto específico da vida real, a partir do qual se exemplificam conceitos gerais – em vez de funcionar com o um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização (LEVI, 1992, p, 138).

Assim posto, com o objetivo de demonstrar a necessidade e alcance do levantamento histórico em conjunto com a pesquisa arqueológica em sítios de período histórico, apresentamos os dois casos diagnósticos de pesquisas em Arqueologia Urbana na cidade de Salvador, onde a História, em conjunto com a Arqueologia, em um contexto multidisciplinar, alcançaram resultados significativos no que diz respeito a localizar a base da estrutura de um trecho da muralha quinhentista de Salvador, e de encontrar um enterramento indígena em região onde a historiografia disponível apontava a existência de aldeias no período colonial.

Para além disso, as duas pesquisas evidenciaram cultura material das mais variadas procedências relacionadas ao comércio Atlântico, como faianças finas inglesas, caracterizadas por decoração policromada e muito presente nas cozinhas e salas de jantar do Brasil no século XIX (LIMA, 1993).

3 Os resultados

3.1 Vestígios dos povos originários: tupiguarani

O projeto de requalificação da Avenida Sete de Setembro (Processo IPHAN nº 01502.001531/2018- 69) previa o alargamento em cinco metros das calçadas do lado esquerdo da via e a recomposição do seu desenho histórico em pedra portuguesa, desde as imediações da Casa de Itália até a Praça Castro Alves (que também foi objeto de intervenções do poder público municipal).

A localização de aldeias em meio ao processo de consolidação dos núcleos urbanos da cidade durante o período colonial é referida nos relatos históricos (PARAÍSO, 2011, p. 47), bem como na iconografia da época, a exemplo de Wanderley Pinho, em sua obra “Aspectos da História Social da Cidade do Salvador – 1549 / 1968”, também apresenta um mapa com a localização de aldeias, uma das quais na área onde o sepultamento evidenciado está inserido.

A expansão da malha urbana de Salvador para o sul deu-se de forma lenta devido, entre outros motivos, ao estabelecimento de uma aldeia indígena próxima ao Portão de Santa Luzia, entre o Mosteiro de São Bento e a Igreja de São Pedro, em local propício para o estabelecimento desse tipo de ocupação, uma vez que coincide com a nascente do Rio das Tripas, além da proximidade com o mar (TERRITÓRIO, 2019).

Na Avenida Sete de Setembro, na altura do Relógio de São Pedro, o levantamento histórico que antecedeu a pesquisa arqueológica intitulada “Diagnóstico, Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para as Obras de Requalificação Urbana da Avenida Sete de Setembro – Trechos 6 e 7”, identificou na documentação histórica a presença de uma aldeia Tupinambá no século XVI, denominada “Aldeia Santiago”. Segundo Cláudio César Souza e Silva, arqueólogo que coordenou a pesquisa:

A área da Piedade abrigou, durante o século XVI, uma aldeia tupinambá, a Aldeia de Santiago, nome dado pelos jesuítas, que foi praticamente dizimada em decorrência da fome e de epidemias. No século XVII a área foi doada aos capuchinhos franceses que fundaram um hospício e, pouco tempo depois, os capuchinhos italianos assumiram o lugar deixado pelos primeiros.

Na área em frente ao hospício surgiu uma praça, que recebeu o nome de Praça da Piedade e se converteu no principal espaço público da cidade extramuros (TERRITÓRIO, 2019, p. 41).

Por ocasião da realização das obras necessárias para a requalificação urbana da Avenida Sete de Setembro, durante as atividades de prospecção da pesquisa arqueológica empreendida no local foi evidenciada nesse trecho uma pequena mancha de sedimentos mais escura a partir de 1,20 m de profundidade (TERRITÓRIO, 2019).

Aprofundando-se a intervenção a fim de determinar a extensão dessa mancha, a equipe da Território identificou um fragmento cerâmico relacionado a grupos ceramistas da Tradição arqueológica Tupiguarani sob o leito da via e, posteriormente, quarenta centímetros mais abaixo, a apenas trinta e cinco centímetros de distância de um duto de distribuição de água, identificou-se um sepultamento indígena ao qual o vestígio fazia parte. A referida área foi devidamente delimitada e cadastrada como um sítio arqueológico multicomponencial de nome Tupinambá (TERRITÓRIO, 2019). A correlação entre cultura material e levantamento histórico de outras fontes documentais permitiu estabelecer uma contextualização adequada desse achado.

Na região onde hoje se encontra estabelecido o centro da capital baiana, os registros históricos e as datações disponíveis dos grupos Tupiguarani remontam do século XIII ao XVII, portanto, essas populações foram as últimas a ocuparem esse espaço, em períodos anteriores e de contato à chegada dos primeiros colonizadores portugueses (ALMEIDA e NEVES, 2015).

Deste modo, se considerarmos que uma porção considerável da historiografia foi concebida dentro de uma lógica eurocentrada e colonialista, que privilegia os valores das classes dominantes, essas pesquisas arqueológicas evidenciaram elementos específicos a respeito dessas ocupações indígenas e sobre a diversidade étnico-cultural na formação da cidade. Esse aspecto é demasiadamente importante, pois levantam vestígios materiais de populações invisibilizadas no processo de formação da cidade de Salvador, possibilitando sua inserção nesse contexto histórico (NAJJAR, 2010).

É primordial a possibilidade que a pesquisa apresenta de considerar uma abordagem decolonial, reconhecendo vozes, histórias, e passado de populações silenciadas, invisibilizadas e marginalizadas.

3.2 A muralha de Salvador

Em 2018, com o objetivo de proceder com ações de resgate arqueológico – fase do licenciamento realizada após diagnóstico e prospecção arqueológica –, o Projeto de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para as Obras de Requalificação Urbana da Rua Chile (processo IPHAN nº 01502.000152/2018-51) foi apresentado pelos arqueólogos Railson Cotias da Silva e Jeanne Almeida Dias, ambos da empresa Arqueólogos, tendo sido aprovado pelo IPHAN para execução no mesmo ano.

Na etapa anterior da pesquisa, realizada pela equipe de arqueólogos da A Lasca, foi evidenciada na frente do Hotel Fasano, no antigo prédio do Jornal A Tarde, um possível piso constituído por blocos de rochas desordenados, localizado logo abaixo das camadas de pavimentação e de aterro de compactação.

Na pesquisa desenvolvida pela equipe da Arqueólogos na Rua Chile, por meio da utilização de fardo material de seu levantamento histórico, foi possível estabelecer

uma correlação do possível piso evidenciado com as demais fontes históricas previamente levantadas, permitindo sua contextualização como os resquícios da base de um dos trechos da antiga muralha quinhentista da Fortaleza de São Salvador de 1611, nas imediações da hoje Praça Castro Alves. Para tal resultado, foi realizada uma comparação dos dados obtidos em campo com o levantamento historiográfico e a iconografia disponível, por meio da utilização de programas que se utilizam da tecnologia de georreferenciamento (Figura 1).



Figura 1 - Plotagem da planta de 1549 na Salvador atual.

Fonte: COLPAS, 2023, em imagem do Google Earth.

De acordo com a historiografia, o Portão Sul da Fortaleza de São Salvador, o Portão de Santa Luzia, estaria nas proximidades da intercessão da Rua Chile com Rua do Tesouro (COELHO FILHO, 2004, p. 148). É neste ponto que a estrutura foi evidenciada. Deste modo, as rochas assentadas em argamassa de argila e cal da estrutura correspondem ao trecho de sua porção sul, e associada à defesa do núcleo político administrativo do Governo-geral. Essa evidência arqueológica encontra-se, portanto, com relação a aspectos topográficos, de localização e de

extensão, de acordo com a historiografia e demais fontes históricas levantadas.

Tal construção, sem um nivelamento característico de piso, e com dimensões de 1,60 metro de largura e 2,10 metros de altura, foi evidenciada durante as escavações de uma das dez sondagens realizadas no grande sítio arqueológico da Praça Castro Alves (ARQUEÓLOGOS, 2018).

Deste modo, as fontes históricas documentais foram, em conjunto com seu componente material, instrumentos fundamentais, e complementares, para apontar com precisão a área onde foi escavada uma das sondagens como sendo o local do portão de Santa Luzia, situando essa estrutura no tempo e no espaço com base no arruamento atual, que manteve seus principais eixos praticamente inalterados desde àquela época e, ainda, sua compreensão em um contexto maior do desenvolvimento da malha urbana da cidade de Salvador a partir de seu núcleo original.

4 História e Arqueologia Públicas para o centro histórico de Salvador

Conceitualmente, a Arqueologia Pública pode ser entendida como uma interação da Arqueologia com a sociedade (FUNARI et al., 2008). Diferentemente da Educação Patrimonial, que repassa o conhecimento arqueológico para o público em geral, a Arqueologia Pública tem por objetivo trazer a população para junto da pesquisa e, com ela, construir o conhecimento através da interpretação conjunta dos vestígios evidenciados na pesquisa.

Os arqueólogos Leslie Fordred Green, David Green e Eduardo Góes Neves aplicaram os preceitos da Arqueologia Pública em seus estudos na reserva Uaçá, na Amazônia, com membros dos grupos indígenas, obtendo resultados muito satisfatórios, tendo, inclusive, uma mudança conceitual do entendimento de Arqueologia por parte desses povos originários, que passou de estudo “das coi-

sas abandonadas no chão” para estudo que permite “ler os rastros dos ancestrais” (GREEN et al., 2003, p. 377).

Nos últimos anos, e cada vez mais, é buscada na Arqueologia Pública seu papel como elemento socializador do patrimônio arqueológico, uma participação mais ampla e inclusiva possível, com todos os componentes da sociedade se vendo como representados em todas as suas matizes, em “[...] um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural como instrumento de afirmação da cidadania” (FERNANDES, 2007, p. 62) e na perspectiva de que “a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio [...]” (MAGALHÃES, 1997, p. 190), interagindo e dialogando com a sociedade como um todo.

Como medida de curto prazo, segundo Oliveira (2005), uma das formas de estabelecer um envolvimento da população, além de dar maior visibilidade e legitimação nos resultados da pesquisa, é buscar incluir pessoas da comunidade em suas atividades técnicas, nas oficinas desenvolvidas ou mesmo como palestrantes em encontros promovidos. A longo prazo, a criação de espaços culturais ou museológicos e centros de memória, para exposições da cultura material resgatada, e acesso às informações e documentações das pesquisas e, ainda, quando possível, visitas a sítios arqueológicos guiadas durante a realização da pesquisa.

A criação desses espaços é fundamental para a discussão dos resultados das pesquisas arqueológicas junto à população, uma vez que a Arqueologia em ambientes urbanos possui uma peculiaridade: de um modo geral, a preservação *in situ* de um sítio arqueológico dentro de um centro urbano quase sempre não é viável, dada a dinâmica das cidades, seu trânsito de veículos e pedestres, além de suas vias e estruturas urbanas.

Centros de Memória, inclusive, podem aliar as fontes históricas, documentais escritas e a cultura material, num mesmo espaço, se constituindo também como local adequado para a difusão dos resultados do desenvolvimento de ações de História Pública:

Centros de memória constituem lugares institucionais que consideramos significativos para se pensar formas de atuação e de produção do conhecimento no âmbito da História Pública. Um centro de memória que abrigue um acervo com vasta documentação referente a vários momentos da história de uma cidade [...] (CORTE et al., 2021, p. 91).

Atualmente, vivemos um momento em que há uma enorme proliferação das chamadas *fake news*, disseminando informações falsas ou que não correspondem inteiramente à verdade, desvirtuando inclusive, a interpretação de fatos e a percepção da realidade, o que faz desses locais de divulgação da memória pontos estratégicos e fundamentais para o fomento de discussões com temas relacionados à História e a Arqueologia, onde é possível a participação dos mais diferentes agentes, vozes e narrativas. Quanto mais diverso o ambiente, mais rico este se torna para a formação de uma consciência histórica mais sensível, inclusiva, plural e legítima.

Informação de qualidade e confiável tornou-se um ativo muito valorizado e essa aproximação da História produzida em ambientes acadêmicos com a sociedade faz-se necessária e, agregando esse conhecimento histórico junto aos resultados obtidos em uma pesquisa arqueológica, é uma maneira eficaz de conjugar o conteúdo cultura material aos documentos históricos, tornando essas duas ciências complementares mais atraentes, interessantes e com maior apelo junto à sociedade e aos estudos de identidade cultural e etnicidade (BARTH, 1996).

4.1 A proposta: Centros de Interpretação

Uma possibilidade a ser explorada para se trabalhar História e Arqueologia em conjunto, intensificando o potencial informativo de ambas as ciências, seria a criação de equipamentos com essa finalidade, os chamados espaços de memória, locais de acesso público para disponibilizar

conteúdos informativos produzidos pela Arqueologia que permitam ao visitante compreender o seu contexto de produção e, sobretudo, sua relação com a História.

A título de exemplo, podemos mencionar os Centros de Interpretação criados em Portugal a partir no último quartel do século XX (PIZARRO, 2019, p. 12), onde os visitantes têm acesso a conteúdos históricos apresentados em uma abordagem mais atrativa e envolvente em relação aos modelos de instituições museológicas mais tradicionais, com o principal objetivo propagar informações e conhecimento científico com base em estudos e pesquisas provenientes e acerca do patrimônio cultural, histórico, natural ou ambiental.

Centros de Interpretação, conforme definido pela turismóloga Karina Gonçalves de Almeida Souza, são:

[...] espaços de apoio a uma variedade de programas e atividades de animação cultural desenvolvidos, por exemplo, por uma unidade de conservação ou outro espaço de importância patrimonial aberto à visitação, estabelecimentos cujas características os aproximam dos museus, posto que não lhes seja atribuído habitualmente esse estatuto (SOUZA, 2010, p. 105).

No Centro Histórico de Salvador, pela enorme quantidade de edificações tombadas com importância histórica e, por conseguinte, arqueológica, a adoção desse modelo pode se constituir em uma solução viável para esses monumentos, dando um uso a muitos desses prédios que se encontram em condições precárias ou de abandono, de modo a promover sua preservação e estabelecendo bases de divulgação histórica e arqueológica da cidade, em consonância com os resultados obtidos nas pesquisas arqueológicas, com o objetivo de trazer à luz uma discussão sobre a importância da Arqueologia preventiva em obras do Centro Histórico e seu potencial informativo.

Esses locais, cedidos pelo poder público ou criados pela iniciativa privada - por meio de medidas mitigadoras e/ou condicionantes estabelecidas pelo IPHAN para essa

finalidade –poderiam “[...] contribuir para a conservação dos valores naturais e culturais, ajudando o visitante a desenvolver uma consciência e compreensão do lugar que visita” (SARDO e ESTEVÃO, 2009, p. 2) por meio de atividades escolares, lúdicas, entre outras, e propiciar sua interpretação própria com relação à pesquisa arqueológica, permitindo estabelecer sua conexão com a História de Salvador e da Bahia e com suas noções de identidade e pertencimento simultaneamente, agregando uma carga maior de simbolismo e representatividade ao conteúdo disponibilizado.

A criação deste tipo de espaço, proporcionaria o estabelecimento de um rico canal de informações ao visitante acerca do acervo arqueológico e documental histórico por meio de uma intensa programação de seminários, palestras e oficinas sobre o patrimônio histórico e cultural, de modo a se tornar um centro de referência sobre o tema, atraindo estudantes, turistas e pesquisadores, e fomentando – através da pesquisa histórica e dos resultados das ações de Arqueologia – uma conexão legítima pesquisador-população por meio do aporte metodológico da História e da Arqueologia Públicas, desempenhando um enorme papel na construção de identidades, o que propiciaria ainda “a inclusão de contradiscursos, com leituras a contrapelo”, permitindo “preservar a memória da exclusão, ao mostrar os seus limites e não-ditos” (FUNARI, 2023, p. 8).

5 Considerações finais

Em se tratando de ambientes urbanos, existe o grande desafio de preservar os achados *in loco*, diferentemente da arqueologia realizada em outros contextos ambientais. A partir das informações recolhidas na pesquisa histórica, como o primeiro passo para identificar possíveis sítios arqueológicos e auxiliar na interpretação dos vestígios, torna-se evidente a importância do poder público e

dos empreendedores ao assumir o compromisso de não apenas salvaguardar o patrimônio arqueológico recuperado mantido sob sua tutela, mas de realizar ações de extroversão desse patrimônio e de elaborar narrativas simétricas junto com a população da cidade sobre o passado de sua urbe, acerca de uma quantidade de informações muito grande de conteúdo histórico e arqueológico que encontram-se armazenadas nos arquivos do IPHAN e disponíveis a um público extremamente especializado – os próprios arqueológicos produtores das pesquisas.

Com base nas discussões teóricas apresentadas inicialmente, foram sugeridas ações práticas para que os pesquisadores e o poder público possam estabelecer as condições necessárias para a salvaguarda e disseminação do conhecimento à sociedade. A legislação brasileira define que o patrimônio arqueológico é um bem público e que necessita, além de preservação dos materiais, estar disponível como fonte de pesquisa e de reflexões interdisciplinares, devendo apresentar um espaço físico específico para que sejam oferecidas oportunidades de educação, formação e contribuição por parte da população leiga, com a meta de cumprir sua função sociocultural.

O reconhecimento da pesquisa histórica traz à tona a necessidade de oferecer maior visibilidade a essa etapa da Arqueologia nos processos de licenciamento ambiental e de aplicar esse conhecimento em momentos posteriores aos trabalhos de campo dos arqueólogos, posto que, em nossa experiência dentro do IPHAN, tal aplicação poucas vezes acontece.

Portanto, a intenção principal é de refletir e somar propostas e aspectos que possam também estar na pauta das discussões no IPHAN, valorizando a pesquisa histórica, aprimorando a gestão dos acervos e a sua difusão, de modo a oferecer opções que viabilizem a construção de narrativas mais simétricas sobre diferentes culturas, cujos vestígios estavam localizados por debaixo de camadas de concreto e de asfalto da moderna cidade de Salvador e invisíveis da população.

Referências

ACERVO, Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa. **Programa de Prospecção Arqueológica do Palácio Anchieta em Vitória/ES**. Relatório Final. Porto Seguro: Acervo, 2021.

ALMEIDA, Fernando Ozorio de, NEVES, Eduardo Góes. **Evidências arqueológicas para a origem dos tupi-guarani no leste da Amazônia**. MANA 21(3): 499-525, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p499>>. Acessado em: 10 mai. 2022.

ARQUEÓLOGOS. **Relatório do Projeto de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para as Obras de Requalificação Urbana da Rua Chile, Salvador – BA**. Salvador: Arqueólogos, 2018.

BARROS, José de Assunção. A Escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo. **Revista Territórios e Fronteiras**, vol.3 nº1 – Jan./Jun. 2010, pág.75-102.

BARTH, Fredrik. **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference**. Long Grove: Waveland Press, 1996.

BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **La dinámica del capitalismo**. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1986, p. 86-100.

BRAUDEL, Fernand. **Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização, Material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 331-35.

BRITO, José Gabriel de Lemos. **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1980.

CARANDINI, Andrea. **Arqueología y Cultura Material**. Editorial Mitre, Barcelona, 1984.

CARR, Edward Hallett. **Que é História?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COELHO FILHO, Luiz Walter. **A Fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2004.

COLPAS, Alexandre Rocha. **A importância do levantamento histórico nas pesquisas de arqueologia urbana no centro histórico da primeira capital da colônia portuguesa no Brasil: uma análise a partir dos processos de licenciamento do IPHAN (2016-2020)**. Dissertação de Mestrado. Ilhéus: UESC, 2023.

CORTE, Andréa Telo da; BARROS, Joana da Silva; LIMA, Lívia Morais Garcia; HADLER, Maria Sílvia Duarte; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; Michel KOBELINSKI. Como fazer a história local se tornar pública, e para quem? In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; RODRIGUES, Rogério Rosa (Orgs.). **História Pública em Movimento**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, v. 1, p. 89-101.

DEL RIO, Vicente; GALLO, Haroldo. O legado do urbanismo moderno no Brasil: Paradigma realizado ou projeto inacabado? **Vitruvius**, 006.05, ano 01, nov. 2000. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/958>>. Acessado em 23 out. 2024.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia pública no Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: MAE/USP, 2007.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo A. **O ensino de história e educação patrimonial: usos do passado e lugares de memória na construção de identidades**. S/l: Instituto Racionalidades, 2023. Disponível em <<https://institutoracionalidades.com.br/noticias-e-textos/o-ensino-de-historia-e-educacao-patrimonial-usos-do-passado-e-lugares-de-memoria-na-construcao-de-identidades/>>. Acessado em 02 fev 2024.

FUNARI, Pedro Paulo A. OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabeth. **Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras**. *Práxis Archaeologica*, (3): 131-138, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREEN, Leslie Fordred; GREEN, David R.; NEVES, Eduardo Goés. Indigenous archaeology and archaeological science: the challenges of public archaeology in the Reserva Uaçá. In: **Journal of Social Archaeology**, v. 3, n. 3, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). In: **Anais do Museu Paulista**, v. 1, p. 225-262, 1993.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Fundação Roberto Marinho, 1997.

NAJJAR, Rosana (org.). **Arqueologia do Pelourinho**. Brasília: Programa Monumenta: IPHAN, 2010.

OLIVEIRA, Alberto. **Um estudo em arqueologia urbana: a carta de potencial arqueológico do centro histórico de Porto Alegre**. Dissertação Mestrado. Porto Alegre: PUC, 2005.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. A presença indígena na construção da cidade do Salvador. In: **A Urbanização de Salvador em Três Tempos – Colônia, Império e República**. Textos críticos de História Urbana. NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (orgs.). Salvador: IGHBA, p. 33-52, 2011.

PIZARRO, Manuel Morais Sarmiento. Os centros interpretativos enquanto unidades patrimoniais. In: **Centros interpretativos: técnicas, espaços, conceitos e discursos**. Porto: Direcção Regional de Cultura do Norte, n. 3, novembro 2019, p. 11-23.

REBOUÇAS, Carlos. **História de Salvador e da Bahia: Das Origens ao Século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

SAMPAIO, Antonio Heliodorio Lima. **Formas urbanas: cidade real & cidade ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**. Salvador: Quarteto, PPGAUFBA, 2015.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX**. Rio de Janeiro: Versal/Odebrecht, 2005.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana**. 2 ed. 1 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

SARDO, Anabela; ESTÊVÃO, João. A gestão turística de museus e centros de interpretação: o caso do Centro de Interpretação da Serra da Estrela. **Anais do III Congresso Internacional de Turismo de Leiria e Oeste Instituto Politécnico de Leiria**, 2009, p. 1-17.

SILVA, Eduardo Robini da. Caracterização das Pesquisas de Teses em Administração com Abordagem Qualitativa. Boa Vista: **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, v 6 n. 1, p. 194-223, jan - jun. 2016. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/index.php/adminrr/>>. Acessado em: 16 nov.2023.

SILVA, Leandro Vieira da. Águas sulfurosas e urbanismo: como a saúde e a vilegiatura influenciaram a paisagem urbana de Poços de Caldas nos séculos XIX e XX. In: **Anais do Congresso Nacional online de Geografia**, 2021a.

SILVA, Leandro Vieira da. O potencial dos aterros sanitários: de fontes para estudos sobre cultura material à geração de energia elétrica. In: 18 Congresso Nacional de Meio Ambiente, 2021, Poços de Caldas. **Anais do 18 Congresso Nacional de Meio Ambiente**, 2021b, p. 448-453.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**, volume 3. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

SOUZA, Karina Gonçalves de Almeida. A Interpretação ambiental na conservação do patrimônio cultural: o caso do arqueossítio musealizado da (Real) Fábrica de Neve de Montejuento, Portugal. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 89-115, maio/out 2010

TANSCHUIT, Paula. Espaços Públicos: a transformação urbana com a participação da população. **Archdaily**, 2024. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/875364/espacos-publicos-a-transformacao-urbana-com-a-participacao-da-populacao#:~:text=Brevemente:%20revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20trata%20de%20recuperar,mas%20sem%20mudar%20a%20fun%C3%A7%C3%A3o>> Acessado em: 23 out. 2024.

TERRITÓRIO ARQUEOLOGIA. **Relatório de Prospecção Arqueológica Trechos 6 e 7: Projeto de Diagnóstico, Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para as Obras de Requalificação Urbana da Avenida Sete de Setembro, Centro, Salvador - BA**. Salvador: Território Arqueologia, 2019.

TESSARO, Piero Alessandro Bohn. **Pedaços de uma Paulicéia espalhados pela urbe: musealizando uma arqueologia com a cidade**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: MAE/USP, 2013.

TOCCHETTO, Fernanda; THIESEN, Beatriz. A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. In: Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Org. Tânia Andrade Lima. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 33, p. 175-199, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.